

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado mês de abril, chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar um abaixo-assinado que alertava para a falta de condições de saúde pública e salubridade para as cerca de 15 famílias que ainda habitam no Bairro da Torre, em Camarate, concelho de Loures.

Uma situação que não é nova e que se arrasta há vários anos, tendo vindo a ser resolvida com realojamentos que tomaram lugar desde 2007, ao abrigo do Programa Especial de Realojamentos (PER). No entanto, ainda se mantém neste local algumas barracas sem condições mínimas de habitabilidade e que adensam o problema de saúde pública que aqui se vive, sem acesso a energia, água e outros serviços que garantam as condições para especial dever de proteção de quem ali vive.

Não sendo caso único neste país, as condições precárias do Bairro da Torre, ficam expostas de forma ainda mais nítida durante a crise do COVID-19. Numa altura em que se pede contenção e isolamento social, por questões de saúde pública, ficam esquecidas as pessoas que não têm acesso a uma habitação com um mínimo de dignidade. Como é que se protege a saúde pública em casas sem saneamento básico, com serviços públicos essenciais que ora existem, ora ficam cortados, sem poder aquecer a casa, sem poder suportar a chuva, entre outras?

Esta situação mostra, de forma inequívoca, que, tal como nos outros dias, também em épocas de reclusão há desigualdades que necessitam de políticas públicas que reduzam as diferenças sociais. No Bairro da Torre já moraram muitas mais famílias, no entanto foram-lhes oferecidas soluções de realojamento que dispersam e desagregam a comunidade. Muitos trabalharam toda uma vida sem nunca auferir um salário condigno para abandonar a habitação em que residem com a família no bairro. A grande maioria não consegue, mesmo trabalhando, sair das condições de pobreza em que se encontra.

Urge uma solução definitiva para as famílias que ainda residem do Bairro da Torre, como o Bloco há muito vem defendendo. Os realojamentos devem ser efetuados de acordo com as melhores práticas internacionais, evitando desagregar comunidades que, muitas vezes, fazem

da interdependência e da cooperação informal verdadeiras redes de resistência e sobrevivência social.

Em alturas como a atual, em que o apelo ao confinamento é geral e consensual, torna-se desumano e de uma crueldade atroz deixar esquecidas dezenas de famílias, sem o mínimo de condições de habitação, higiene e salubridade. Prova disso são os contágios recentes em bairros sem condições de habitabilidade, salubridade e saúde pública como no caso que ocorre com famílias do Bairro da Torre que foram contaminadas com COVID-19. Estas famílias estão agora em confinamento obrigatório, em barracas sem as mínimas condições de conforto e de recuperação de uma doença. Ficar em casa nestas situações não é garantia de recuperação e de não contágio. São várias pessoas que vivem em barracas, sem água e sem luz, e que estão infetadas, que são sintomáticas e estão enfraquecidas.

Por várias vezes, o Bloco de Esquerda apelou ao entendimento entre as entidades responsáveis – Câmara Municipal de Loures e IHRU – para que fosse possível encontrar-se uma solução definitiva, que permita manter a dignidade e a coesão das famílias do Bairro da Torre e que lhes possibilite encarar o futuro com um laivo de esperança. É imperioso que seja agora.

Recorde-se que o relatório do Comité Europeu dos Direitos Sociais de março deste ano e o relatório de “Direitos Humanos na Europa”, da Amnistia Internacional, publicado a 17 de abril, identificam graves problemas económicos e sociais em Portugal, dando como exemplo o falhanço do país no que se refere à proteção do direito à habitação a toda a população. Também segundo as Nações Unidas, ter uma habitação é ter uma casa num local seguro, com acesso a serviços de saúde e educação sem o risco de ser expulso. De acordo com a Lei de Bases da Habitação, “todos têm direito à habitação, para si e para a sua família”.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. De que forma pretende o Governo atuar para garantir o direito à habitação, saúde pública e condições de conforto no confinamento dos habitantes do Bairro da Torre?
2. Foi equacionada com a Câmara Municipal de Loures alguma resposta de emergência para alojamento de pessoas em situação de insalubridade ou sobrelotação neste município?
3. Pretende o Governo disponibilizar ou requisitar espaços vazios que possam garantir condições de saúde pública no confinamento destas pessoas?
4. Quando prevê o Governo realojar definitivamente as famílias que ainda permanecem no Bairro da Torre?

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

ISABEL PIRES(BE)